

Peão conta como foi a chacina no Parque do Xingu

Brasília - O peão Manoel de Souza, 30 anos, natural de Semvão, no Piauí, com cinco anos de Mato Grosso, já curtido por muitas empreiteiras, não tinha a menor ideia do que poderia ocorrer quando ingressou no grupo de 17 homens que o "Gato" Benedito Hollanda, do Rio Grande do Norte, contratou para roçar 15 alqueires na fazenda de Luis Carlos Silva Lima. Depois de 20 dias na mata, ele foi o único que viu 11 de seus companheiros serem mortos, nus, a bordunadas, por 91 índios de cinco nações que habitam o norte do Parque Xingu.

Dos outros cinco sobreviventes, três estavam muito distantes do local, um ficou perdido dois dias na mata durante a fuga e o último, encontrado agonizante, foi socorrido a tempo e hoje está internado num hospital de Brasília. Ficou com ele, Manoel, que escondido atrás de um barracão viu tudo, a incumbência de levar a notícia até São José do Bang Bang, curutela do Xingu onde foram contratados.

O episódio em que se viu envolvido o peão piauiense, certamente acostumado com cenas de violência em seu difícil trabalho, configura toda uma situação que se desenvolve no interior do país desde o início do processo de colonização para "integrar os brasileiros". Sob este slogan, hoje, repousam muitos corpos por uma única questão: a posse da terra.

A chacina do último fim de semana é consequência da improvisação como foi tratado o problema de terras do Xingu desde que, com o Decreto nº 50.455 de 14 de abril de 1961, o ex-presidente Jânio Quadros criou o parque nacional, e do processo de colonização do Mato Grosso iniciado no início dos anos 70 com abertura de estradas - a principal delas é a BR-080, que ligaria Brasília-Manaus e atravessa São José do Bang Bang - e a concessão de títulos de propriedade emitido com certidões negativas da Funai, assinados pelo então presidente do órgão, general Bandeira de Mello.

A confusão fundiária é tamanha que, desde então, existem mapas do Estado do Mato Grosso onde não figuram reservas indígenas. É no caso dos fazendeiros de São José do Bang Bang, todos possuem títulos de propriedade, adquiridos de boa ou má fé, mas que, no entanto, já se instalaram na área, produzem, pagam impostos e só admitem sair de lá com uma justa indenização (o preço da terra pago por hectare e suas benfeitorias) - isto em último caso, porque estão dispostos a resistirem armados.

Se dependesse da opinião do proprietário da gleba onde ocorreram as mortes, o advogado Luis Carlos Silva Lima, a colonização se daria como a dos Estados Unidos, onde o exército garantiu a ocupação do país independente da coroa inglesa, atropelando quem estivesse pela frente. Mas o atual presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, durante reunião esta semana com mais de 30 fazendeiros, liderados por este advogado, mostrou-lhe que estamos em outros tempos e assegurou-lhe que o exército brasileiro "não se prestará ao papel de acabar com os nossos índios".

Para evitar que os fazendeiros constituam sua própria polícia, a atitude imediata tomada pela Funai e o Governo do Mato Grosso será a instalação, na próxima semana, de duas quartéis da Polícia Militar do Estado, uma em cada margem do Rio Xingu. Há o temor, no entanto, de que isto não resolva o problema porque a PM do Mato Grosso não tem crédito junto à população pelas violências que cometeu.

Comparando a situação dos fazendeiros de Bang Bang, pequenos proprietários nas proporções de outras áreas do Estado, com terras de 500 a 1.000 hectares, e as grandes S/As, constituídas com capital estrangeiro e incentivos fiscais um piloto que conhece muito bem a área contou que já decolou de Cuiabá transportando apenas uma garrafa de "chivas regal" para uma festa na fazenda de um conhecido deputado. E deu sua opinião sobre o que tem observado na colonização do Mato Grosso: "Isto aqui é como a conquista do Oeste, só que feita por avião e onde o nosso general ataca com desfolhantes e inseticidas".

De fato, sua comparação não é exagerada: para pousar em São José do Bang Bang nesta semana, entre os aviões fretados pela imprensa, houve quem não achasse o local, às 15:00 horas da tarde, devido à fumaca provocada pelas

queimadas em fazendas limítrofes aos 3 milhões de hectares do parque nacional do Xingu.

Talvez tenha sido por este motivo que a Funai tenha levado aos fazendeiros uma proposta elaborada entre os Ministérios do Interior e da Agricultura para não ampliar a área em litígio como domínio do parque. Mas transformar os 120 mil hectares pleiteados pelos índios Txucarramãe - com o demonstrar o mapa - em "área de amortecimento", do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal.

Propôs, também, um contorno de 300 quilômetros da BR-080 - os fazendeiros também não aceitaram - da fazenda Santa Fé, limite da "área de amortecimento" que subiria até a corredeira Von Martius, passaria junto ao Rio Jarina e reencontraria a estrada ao Norte.

Ocorre que os fazendeiros rejeitaram as propostas e pedem uma definição do que seja terra indígena. Acha que "é muito para pouco índio" mas, como disse Jerônimo Alves dos Santos Lima, paulista, que controla o comércio em São José do Bang Bang - posto de gasolina e empório - admitem, desde que indenizados, como área de preservação do meio ambiente.

Eles alegam que se os Txucarramãe ganharem a terra que está a margem direita do Rio Xingu, "será um prêmio pela morte dos 11 peões". "E quem garante que depois não matam mais 20, para ganharem outra área? - indaga um fazendeiro, garantindo que, depois do massacre, "nenhum peão vacilará em apertar o gatilho contra índio".

Acontece que os peões que chegam em São José do Bang Bang de todas as partes do país - entre os sobreviventes havia um do Piauí, um mineiro, um baiano e um paraibano - para trabalharem em empreitadas, 40 bares de uma vila com 150 casa. E, por isso, não podem andar armados, exceto com peixeiros. O que o fazendeiro quis dizer "em apertar o gatilho contra índio" é a contratação de iaçungos para garantirem o trabalho dos peões.

FAZENDA AGROPEXIM

Como se deu com a fazenda Agropexim, que se instalou na margem esquerda do Rio Xingu - área do parque - e, em 1977, teve dois de seus peões mortos num ataque comandado pelo cacique Megaron e o proprietário, Ramez Rizk, foi indenizado em suas benfeitorias com Cr\$ 27 milhões.

Os fazendeiros de Bang Bang aceitam sair da área desde que sejam indenizados não só pelas benfeitorias, mas também pela terra.

Seu argumento é simples: se nós pagamos Cr\$ 25 mil de imposto territorial rural por alqueire, temos que receber o mesmo para sair, isto sem contar o que pagamos pelos títulos. Desta maneira o Governo terá que pagar, no mínimo Cr\$ 600 milhões para desapropriar a "área de amortecimento" que garantirá a perambulação dos Txucarramãe e de outras quatro nações indígenas que habitam o norte do Parque Xingu.

Foi o Governo que nos incentivou a trabalhar aqui, nós queremos uma definição. Não podemos sair daqui com uma mão na frente e outra atrás - resumiu o agrônomo paulista Hélio Russo.

O mês de agosto, na credence popular, é fatídico não só no Mato Grosso e, enquanto o presidente da Funai não retornar à área juntamente com o cacique Txucarramãe Raoni, que está em São Paulo - provavelmente isto ocorrerá na próxima semana - a PM de São Félix do Araguaia e a Polícia Federal que está na área deverão garantir a ordem.

Neste meio tempo, os peões estão desempregados porque as empreiteiras foram suspensas por temor aos índios que, neste mês, perambulam da aldeia Kretire pela área em litígio onde há cacá abundante e colhem penas de arara para seu artesanato.